Ministério Da Cultura
Conselho Nacional De Política Cultural
Esplanada Dos Ministérios| Bloco “B” | 1º Andar | Brasília – (DF)
Telefone: + 55 (61) 2024 2361 - 2024 2302
WWW.cultura.gov.br

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Colegiado Setorial de Design
Dias 27 e 28/09/2013

CONSELHO NACIONAL DE POLITICA CULTURAL

Brasília (DF), 27 e 28 de Setembro de 2013
Setor Hoteleiro Sul/ Quadra 02, Edifício Parque da Cidade – Corporation – Ala B – 12 Andar
Brasília- DF

MINISTÉRIO DA CULTURA
COLEGIADO SETORIAL DE DESIGN

ATA DA REUNIÃO DO COLEGIADO SETORIAL DE DESIGN

Local: Brasília - DF
Data: 27 e 28 de setembro de 2013.

Aos vinte sete e vinte oito dias do mês de setembro de dois mil e treze teve início a Reunião do Colegiado Setorial de Design, sob a Coordenação do Geraldo Horta de Alvarenga Júnior – SEC. Estiveram presentes os seguintes participantes: José Augusto Túlio Filho – Região Sul; Ana Beatriz Simon Factum – Entidades Acadêmicas e de Pesquisa; Marcos André Carvalho – Secretário de Economia Criativa; Renata Galvão de Melo – Região Nordeste; Kênia Batista – Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CNPC; Roselie de Faria Lemos – Entidades Profissionais; Marta Maria de Melo Silva – Entidade Profissional; Maria Cecília Consolo – Entidade Profissional; Wagner Braga Batista – Entidade Acadêmicas e de Pesquisa; Mirian Regina Zanini – Movimentos Sociais e Organizações Governamentais; Maria Bernadete Santos Teixeira – Entidade Acadêmica e de Pesquisa; Bernardo; Geórgia Nicolau – Diretora da SEC; Beatriz Martins Carneiro – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **ABERTURA:** O Sr. Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Júnior (SEC) inicia a reunião e discorre que a pauta abordará primeiro a apresentação, revisão de pauta, à tarde a discussão da minuta do Regimento Interno, uma apresentação sobre a V Bienal. Sugere que seja exposto também sobre a Regulamentação e sobre a Portaria nº 116. No segundo dia será trabalhado o Plano de Trabalho e o informe sobre a Conferência. Todos os participantes aprovam a pauta e o Sr. Marcos André Carvalho (Secretário de Economia Criativa) cumprimenta a todos e se apresenta, explanando de sua carreira, sua trajetória e suas expectativas. O Sr. José Augusto Túlio Filho (Região Sul) sugere que a questão da regulamentação deveria ter um espaço maior para debate, devido a um problema sério por conta algumas Resoluções e Normas que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo lançou que está causando um sobreamento nas atividades. Sugere também elaborar um documento coletivo do Colegiado para fazer algum tipo de pressão para destravar o processo no Senado. O Sr. Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Júnior explana que precisa de quórum para fazer a votação sobre a moção e os participantes decidem realizar uma inversão de pauta, devido à falta do quórum e o Sr. Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Júnior segue apresentação sobre a V Bienal. A Sra. Roselie de Faria Lemas (Entidades Profissionais) cumprimenta a todos e inicia a apresentação. Relata sobre os planos para a Bienal de 2015 em Florianópolis de 15 de Maio a 07 de junho e que as instituições que apoiam são: MDIC, APEX, ABDI, Programa Brasileiro de Design, CNI, SEBRAE Nacional, FIESC, Governo do Estado, Prefeitura e as Universidades. Explana que o apoio empresarial será buscado através de patrocínio, mas é uma ação que ainda não foi iniciada porque é necessário montar um projeto para conseguir benefícios através da Lei *Rouanet*. O tema da Bienal será o Design *For All*, isto é, inclusão do Design em todos os seus aspectos sociais e todos os aspectos de produto, acessibilidade. Relata que as instituições nacionais e internacionais podem participar através de Seminários e *workshops.* Mostra alguns espaços de exposição que serão utilizados para a elaboração do evento e discorre que está sendo promovido um concurso de identidade visual para as Universidades de Santa Catarina, que já foi lançado no final de julho, em que houve 1.280 pré-inscrições e agora já está no prazo final para receber os trabalhos. A Sra. Maria Célia Consolo (Entidade Profissionais) questiona se o convite para participar do prêmio foi apenas para as Universidades Catarinenses. A Sra. Roselie de Faria Lemos explica que foi imaginado primeiro as Universidades Catarinenses e que a existe a

possibilidade de estender para o âmbito Nacional, mas terá que conversar com o Professor Francesc Aragall que está patrocinando o mesmo. A Sra. Maria Cecília Consolo explana que dentro do princípio da Bienal, Design para todos, entende que a inclusão de todos é possível. O Sr. José Augusto Túlio Filho entende que é uma critica construtiva e que tanto Santa Catarina ganha trazendo todo o resto do Brasil quanto o Design. A Sra. Maria Cecília Consolo entende que o prêmio é uma questão à parte, e que a inclusão de todas as Universidades em mobilizar os estudantes brasileiros apenas enriquece. A Sra. Ana Beatriz Simon Factum entende que a apresentação foca muito nos benefícios que trará para Santa Cataria e que precisa nacionalizar para outro públicos, corrigindo com uma apresentação mais focada a nível nacional. Sugere fazer um contato também com a Fundação em Nova Iorque que criou os sete princípios do Design Universal que é *Ron Mace* e fazer uma parceria com empresas de *outdoor*. A Sra. Roselie de Faria Lemos justifica com relação ao foco em Santa Catarina, que é um estado extremamente industrial que não usa muito o Design, é extremamente importante implantar o Design dentro da Indústria e dentro de toda essa estrutura de desenvolvimento econômico sustentável de Santa Cataria. Discorre que a Bienal tem um novo formato, em que possui a jornada de negócios e eventos de rua que nunca aconteceram nas Bienais. A Sra. Renata Galvão de Melo (Região Nordeste|) sugere fazer as apresentações de todos que estão previstos no lugar da apresentação da SEC. O Sr. Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Júnior inicia a sua apresentação sobre a regulamentação e relata que um dos principais condicionantes que o Governo Federal tem colocado para regulamentar a profissão, é que hoje existe uma tendência de não se regulamentar muitas profissões em função dos custos e da fiscalização por meio do Ministério do Trabalho e também da proliferação da criação de Conselhos e a questão do financiamento dos Conselhos. Discorre que procurou quatro eixos para sua argumentação no Parecer, que foi a questão dos instrumentos médico-hospitalar, a questão do Design de sinalização, ergonomia e o risco de acidente no trabalho e a questão do Design de embalagens. A Sra. Maria Cecília Consolo sugere incluir nos eixos o tratamento cognitivo da informação. O Sr. Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Junior faz a leitura do texto final e entende que a partir do Parecer, pode conseguir justificar a regulamentação da profissão. O Sr. Wagner Braga Batista (Entidades Acadêmicas e de Pesquisa) entende que a o Colegiado em um primeiro momento tem que valorizar a iniciativa que está sendo adotada para reforçar a luta em prol da regulamentação da profissão e que o coletivo deve adotar outras iniciativas que evidente mostrem que o interesse dos profissionais. O Sr. Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Júnior inicia a sua apresentação sobre a Portaria nº 116 e a adequação para a inclusão do Design para conseguir a categorização no Art. 18 e ter 100% de isenção tributária. A Sra. Ana Beatriz Simon Factum entende que não deve esmorecer em relação à busca da regulamentação da profissão que já é muito antiga e realmente quase que está no inexplicável e que deveria tirar realmente uma Moção de repúdio a atitude do CAU de estabelecer que não conversa com profissões não regulamentadas. O Sr. Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Júnior entende que a nota deve ser elaborada, mas tem que ser um pouco mais abrangente e que também pode ser um argumento para ser levado para os Senadores. Os participantes interrompe a reunião para o almoço. Reiniciada a reunião, os participantes iniciam o debate sobre o Regimento Interno. O Sr. José Augusto Túlio Filho realiza a sua leitura e os participantes destacam alguns pontos para a discussão. Com relação a um destaque, um participante entende que o conceito de formação do ponto de vista educacional é mais abrangente, envolve os processos de capacitação que são mais elementares. O Sr. Wagner Braga Batista entende que quando estão participando da formação de uma política pública, é necessário ter estabelecido uma articulação com outras áreas de intervenção cultural, não tratando apenas de se ater a questão do design. Com relação ao destaque na questão dos nomeados, a Sra. Maria Cecília Consolo entende que quando discorre dos 15 representantes da sociedade civil organizada não fica claro que são

especialistas, com participação na área. Com relação às reuniões, o Sr. Wagner explana que as reuniões ordinárias do Colegiado Setorial do Design serão públicas e instaladas com a presença da maioria que convocar não apenas pelo Secretário-Geral do CNPC. Uma participante entende que os instrumentos para a realização de reuniões deve ser viabilizado pelo Ministério da Cultura. Com relação ao destaque sobre a nomeação dos cinco membros representantes do poder público, o Sr. Wagner Braga Batista discorre que Colegiado Setorial do Design pode recomendar a nomeação dos membros representantes do poder público e da sociedade civil Diante de dúvidas que subsistiram em algumas deliberações foram adiadas para o dia seguinte no aguardo de informações pertinentes. O Colegiado segue para o Colegiado debate das alternativas de intervenção no processo de tramitação do Projeto de Lei nº 1391/11 que propõe a regulamentação da profissão de *designer*. O Sr. Wagner Braga Batista entende que deve ser incisivo nessa manifestação, mas não faria uma moção de repúdio. Sugere que estabelecer uma discussão com um órgão de representação que seja reconhecido, para pressionar os responsáveis pela tramitação em nome da categoria de Design. Um participante sugere fazer uma solicitação de participação da Presidente do CAU nacional na próxima reunião do Colegiado a título de esclarecimento das resoluções nº 51 e 21 que foram recentemente publicadas. Outro participante sugere convidar uma Associação e alguns profissionais que fazem parte do grupo que estão à frente do processo de regulamentação. Uma participante explana que fica horrorizada com a posição do CAU em que os Arquitetos lutaram tantos anos para se separar dos Engenheiros exatamente porque se sentiam acuados e sem representação dentro do CREA. Os participantes debatem sobre o assunto e concordam com a proposta feita pela Sr. José Augusto Túlio Filho que deveria encaminhar ao CNPC a realização de reunião extraordinária precedida de elaboração de pauta e justificativa para qual deveriam ser convidados representantes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, CAU, e do Colegiado Setorial de Arquitetura para debater questões públicas desse organismo expresso na Resolução 2151 de sua autoria. **ENCERRAMENTO DIA 27/09/2013:** Os presentes recompuseram o cronograma agendado e a distribuição de tarefas entre os membros do Colegiado, visando inicial a elaboração do Plano Setorial de *Design* a parir das 9h do dia seguinte. **ABERTURA DIA 28/07/2013:** O Sr. Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Júnior inicia a reunião cumprimenta a todos e segue para a revisão da divisão dos Temas. O Sr. Bernardo Novais da Mata Machado (Secretaria de Articulação Institucional) cumprimenta a todos e comenta sobre a reunião extraordinária que acontecerá com todos os Colegiados um dia antes da abertura da Conferência Nacional com o objetivo de realizar interferências relacionadas aos setores. Informa que Conferência Nacional será entre 26 e 29 de novembro de 2013, assim a reunião do Colegiado de *Design* será no dia 25. Discorre que existe a possibilidade de adiamento da Conferência Nacional em um dia por conta de escolha de espaço, que será comunicado na sequência. Relata que 2953 municípios realizaram suas conferências. O Sr. Bernardo Novais da Mata Machado explana sobre o crescimento da participação dos municípios em alguns estados, porém o número total ficou abaixo de 2010 que contou com 3216 municípios e comenta ainda sobre a sistematização que o CNPC fará das diretrizes encaminhadas pelas conferências estaduais. No primeiro dia a divisão dos delegados será realizada por subeixos, no segundo dia por eixo, buscando a meta de chegar em 32 propostas ao final da Conferência, partindo em mais de 800 diretrizes encaminhadas pelos estados. O Sr. Bernardo Novais da Mata Machado abre o espaço para perguntas. O Sr. José Augusto Túlio Filho discorre sobre a necessidade de delegados acionais, dos Setoriais terem uma função mais ativa nas conferências municipais estaduais. O Sr. Bernardo Novais da Mata Machado explica que a única orientação que está no Regimento Interno é que os titulares das setoriais são Delegados natos da Conferência e entende que faltou uma orientação do Ministério de como os Delegados participariam da fase municipal e estadual. A Sra. Renata Galvão de Melo questiona se existe uma orientação do Ministério com

relação aos períodos que acontecem as Conferências estaduais e municipais. O Sr. Bernardo Novais da Mata Machado esclarece que as municipais terminam em 11 de agosto. Com as perguntas o Sr. Bernardo Novais da Mata Machado auxiliou o Colegiado a dirimir as dúvidas sobre o Regimento Interno. Relata que é importante para o Colegiado no ponto de vista da representação do poder público, que o representante do poder público seja capaz de não apenas de ajudar a formular política, mas de transformar em política pública. Entende a diferença básica entre o representante da sociedade civil e do poder público é que o representante da sociedade civil além de ter a responsabilidade de formular política tem a responsabilidade de representar o setor. Wagner Braga Batista questiona ao Sr. Bernardo Novais da Mata Machado sobre a questão da eleição dos delegados. O Sr. Bernardo Novais da Mata Machado esclarece que objetivo das mudanças de prazos foram todas intencionadas no sentido de ampliar cada vez mais o colégio eleitoral e sugere incluir na pauta da primeira reunião do ano de 2014, sobre a rediscussão do processo eleitoral para chegar a dezembro com regras mais consensuadas. Os participantes iniciam os trabalho do grupo, discriminando o tema que será trabalhado por cada membro. O Sr. Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Júnior comentou sobre a necessidade do nome do *designer* para participar da última reunião do CNIC que acontecerá em dezembro onde o *designer* terá período para exposição da necessidade de estar contemplado na Lei *Rouanet.* Os delegados foram divididos em grupos para tentar fechar os levantamentos propostos na reunião anterior. Um participante propõe uma moção de reconhecimento pelo trabalho do Sr. João Roberto Nascimento e a reunião é interrompida para o almoço. O Sr. Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Júnior reinicia a reunião e chama a Sra. Geórgia Nicolau (Diretora do SEC), atual diretora da SEC que novamente trouxe o discurso da importância do design e da expectativa da SEC em relação ao Setorial. Na sequência a Sra. Beatriz Martins Carneiro (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) abriu sua fala sobre as atividades do Ministério relacionadas ao design. Discorre que no final de 201,1 o MDIC celebrou um convênio com a APEX, que é a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos para a execução de algumas ações na área de design. Por meio do convênio foram desenvolvidas uma série de atividades em 2012. Os projetos foram: a premiação dos produtos brasileiros de design e a realização da IV Bienal Brasileira de Design em Belo Horizonte. Também foi publicada a Portaria nº 297 que institui o COEB, permanecendo o MDIC como Coordenador do Comitê e o Ministério da Cultura como Vice Coordenador e a APEX Brasil exerce a organização e o acompanhamento das ações de execução da bienal. A Sra. Beatriz Martins Carneiro discorre que para 2014 o MDIC está preparando um novo decreto do Programa Brasileiro de Design, a preparação da V Bienal em 2015 e a preparação de um mapeamento do setor de design que já foi licitado e será desenvolvido pelo Centro Brasil Design. Confirma o edital de planejamento estratégico para APLS relacionados à economia criativa. Sobre o PBD comenta que caberá a APEX Brasil desenvolver a Secretaria Executiva do programa, ou seja, implementaria ações definidas pelo Comitê executivo composto pelos mesmos entes do programa anterior. A Sra. Beatriz Martins Carneiro finaliza a sua apresentação e abre a palavra para esclarecimentos. A Sra. Marta Maria de Melo Silva questiona se o novo decreto do Programa Brasileiro de Design é uma atualização. A Sra. Beatriz Martins Carneiro explica que novo decreto tem toda uma adequação de acordo com a estrutura nova do MDIC. Discorre que o MDIC passou por um processo de reestruturação e o decreto mantém a configuração quase que integral, que é o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio que preside, tem a participação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, do Ministério da Cultura, da APEX, da CNI, da ABDI, do Movimento Brasil Competitivo, do SEBRAE Nacional. Entende que a grande novidade é a questão que caberá a APEX Brasil exercer as funções de Secretaria do Comitê Executivo do Programa Brasileiro de Design, do PBD. A Sra. Ana Beatriz Simon Factum entende que seria interessante que a

representação do Ministério da Cultura pudesse ser acompanhada do Colegiado Setorial de Design. A Sra. Renata Galvão de Melo indaga quais são os planos no sentido de uma política pública para o Design e se existe algum outro projeto de política pública para o design. A Sra. Beatriz Martins Carneiro explica que na verdade como as decisões sobre o Programa Brasileiro de Design são tomadas no Comitê Executivo e esse Comitê Executivo tem uma representatividade que vai além da questão da indústria. A Sra. Beatriz Martins Carneiro e Geraldo Horta de Alvarenga Júnior responderam questões do Colegiado sobre a participação do Colegiado junto às definições do PBD, por conta justamente da APEX Brasil estar mais voltada a exportação, o que não representaria na totalidade as necessidades do setor de design. Os delegados cobraram uma postura mais voltada para o desenvolvimento interno do que para a exportação de produtos. A Sra. Beatriz Martins Carneiro discorre que possui duas preocupações que deveriam ser fundamentais na construção do novo Programa Brasileiro de Design. A primeira é a fragmentação das políticas públicas em relação ao design e a segunda, a falta de continuidade de ações continuadas. Entende que o Programa Brasileiro de Design poderia fazer o papel de integrado e de ação continuada. O Sr. Wagner Braga Batista relata que tem uma visão muito crítica em relação ao programa e justifica a sua posição. O Sr. Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Júnior agradece a apresentação e sugere seguir para a votação das deliberações. O Sr. José Augusto Túlio Filho sugere finalizar os esclarecimentos com relação ao Regimento Interno e discorre que deveria definir as supressões dos textos, as últimas avaliações para conseguir fechar. Com relação aos destaques do texto, os participantes decidem manter em todos a supressão. A Sra. Beatriz Martins Carneiro informa que toda documentação que sair da reunião será encaminhada por *e-mail* para o Colegiado. Na sequência os delegados aprovaram a minuta do regimento interno do Colegiado. Um participante realiza a leitura da moção sobre o reconhecimento do trabalho do Sr. São Roberto do Nascimento Peixe e por unanimidades a moção é aprovada. Outro participante sugere fazer mais um moção de agradecimento às pessoas que participaram da reunião anterior. Com relação os representantes do Design na CNIC, foram indicados e aprovados os nomes dos designers que representarão o design no MDIC, que serão: Sr. Fred Gelli, Freddy Van Camp, Sra. Fernanda Martins e Sra. Daniela Garrosini. Os profissionais serão convidados nessa ordem, sendo que o primeiro a aceitar será o representante escolhido. Todas as moções são lidas e aprovadas pelo Colegiado Setorial de Design. O Sr. José Augusto Túlio Filho faz a leitura do resumo executivo. **ENCERRAMENTO DIA 28/09/2013**: Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, a reunião é encerrada.

Geraldo Horta de Alvarenga Júnior
SEC

Brasília,
Setembro de 2013.